

ANEXO I - B

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

- 1) O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) tem por finalidade assegurar a adequada execução dos serviços contratados, garantindo atendimento tempestivo às demandas do Conselho Federal de Contabilidade, em conformidade com os prazos, padrões de qualidade e níveis de desempenho estabelecidos contratualmente.
- 2) Sempre que houver necessidade de emissão de Ordens de Serviço (OS), estas deverão ser formalmente registradas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), de modo a possibilitar sua validação pelo fiscal do contrato, bem como a mensuração dos resultados para fins de atesto e autorização dos respectivos pagamentos.
- 3) O IMR consiste em mecanismo de gestão contratual que define, de forma clara, objetiva, mensurável e verificável, os níveis esperados de qualidade na prestação dos serviços, bem como os critérios para adequação dos pagamentos em função do desempenho apresentado pela Contratada.
- 4) O objetivo do IMR é assegurar a prestação dos serviços em elevados padrões de qualidade, promovendo eficiência administrativa, economicidade na aplicação dos recursos públicos e mitigação de riscos operacionais na execução contratual.
- 5) A avaliação do desempenho será realizada com base na identificação de situações e indicadores previamente definidos que caracterizem o não atendimento dos níveis de qualidade esperados, conforme Tabelas específicas do instrumento. A cada ocorrência será atribuído grau de correspondência, de 1 a 3, de acordo com o impacto da falha em relação às metas estabelecidas, podendo resultar em glosas de 2% a 5% sobre o valor da fatura referente ao serviço executado, de forma cumulativa, quando aplicável.
- 6) A apuração das ocorrências será realizada a cada execução de evento, cabendo ao empregado responsável pela organização elaborar relatório circunstanciado das falhas identificadas, com o devido registro no processo administrativo, para posterior encaminhamento ao setor competente, visando à aplicação das glosas correspondentes.
- 7) Ressalta-se que a aplicação de descontos decorrentes do IMR constitui instrumento de gestão e ajuste contratual, não se configurando, por si só, como sanção administrativa. Todavia, diante da constatação de nível crítico de qualidade insuficiente em qualquer dos indicadores, a Administração poderá instaurar procedimento para aplicação das penalidades previstas em contrato e na legislação vigente. Fica desde já estabelecido que, quando o percentual total de descontos aplicados à Ordem de Serviço superar 10% (dez por cento), poderá restar caracterizada a inexecução parcial do contrato, ensejando a adoção das medidas administrativas cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.
- 8) A apuração do valor a ser deduzido em função do grau de falha – **Tabela 01**:

Grau de Relevância	Incidência
1	Glosa de 2% sobre o valor da Ordem de Serviço do evento
2	Glosa de 3% sobre o valor da Ordem de Serviço do Evento
3	Glosa de 5% sobre o valor da Ordem de Serviço do Evento

9) Especificação da falha e do respectivo grau em que se enquadra – **Tabela 02:**

Item	Descrição da Infração	Grau
1	Atraso na apresentação de membro da equipe alocada, quando resultar em impacto na preparação, no cronograma ou na execução das atividades do evento.	1
2	Alocação de pessoa sem a qualificação técnica, experiência ou perfil compatível com a função contratada.	2
3	Designação do mesmo integrante da equipe para o exercício simultâneo de funções distintas, em desacordo com o escopo contratado, gerando prejuízo à execução das atividades.	2
4	Comparecimento de integrante da equipe sem a padronização visual, identificação ou vestimenta exigida no Termo de Referência.	1
5	Fornecimento de equipamentos, materiais ou serviços com especificações técnicas, capacidade ou qualidade inferiores às previstas contratualmente.	1
6	Atraso na apresentação do responsável técnico e/ou da equipe encarregada da instalação, operação ou suporte dos equipamentos, ocasionando transtornos ao andamento do evento.	2
7	Atraso na substituição ou reposição de equipamentos, materiais ou produtos danificados, defeituosos ou em desacordo com as especificações, inclusive durante a fase de instalação.	2
8	Fornecimento de estruturas com solidez ou condições de segurança inadequadas, bem como manutenção de cabos, fios, ferragens ou demais elementos expostos, sem adoção imediata das providências necessárias para regularização e mitigação de riscos.	3
9	Entrega de serviços, equipamentos ou materiais fora do prazo, em local diverso ou em condições distintas daquelas previamente acordadas.	2
10	Falhas na montagem, configuração ou operação de equipamentos audiovisuais, de iluminação, sonorização ou conectividade que comprometam a programação do evento.	2
11	Ausência, insuficiência ou falha no suporte técnico durante a realização do evento, quando demandado pela Administração.	2
12	Descumprimento de normas de segurança, acessibilidade, prevenção de incêndio ou exigências do local de realização do evento.	3
13	Comunicação ineficiente ou ausência de resposta tempestiva às solicitações da fiscalização ou da equipe organizadora do CFC.	1
14	Falhas na coordenação logística que resultem em desorganização, atrasos ou prejuízo à experiência dos participantes e autoridades.	2
15	Não observância das diretrizes institucionais do CFC quanto à imagem, comunicação visual, identidade institucional ou protocolos cerimoniais.	1

10) Os valores apurados em decorrência de descumprimento dos itens indicados no IMR serão objeto de glosa na nota fiscal da empresa contratada.